

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR - BELO HORIZONTE.

Aos vinte dias do mês de fevereiro de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, com a seguinte pauta: 1 - Votação da proposta de ata da reunião realizada no dia 16/01/97 e informes; 2 - Debate sobre o caráter filantrópico das instituições que prestam serviços na área de saúde, com enfoque na Santa Casa de Misericórdia; 3 - Prestação de contas da SMSA, referente ao 3º trimestre/96 e do Hospital Odilon Behrens. Às 14:50 horas com existência de quorum, o Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. Athos de Carvalho, inicia os trabalhos anunciando a presença da Srª Maria da Conceição Wagner, do gabinete do Prefeito, que é convidada à mesa. Dr. Athos informa que ela trouxe a resposta do Prefeito Célio de Castro ao pedido de audiência feito pelo Conselho. A audiência foi marcada para o dia 03/03/97, às 15:00 horas. A seguir, tendo havido consenso do plenário para alteração da pauta, são chamados a participar da mesa os expositores do tema em debate, o caráter filantrópico das instituições que prestam serviços na área de saúde: Dr. Celso Melo Azevedo, provedor da Santa Casa de Misericórdia, Dr. Cássio Eduardo Resende, Curador de Fundações do Ministério Público Estadual, Dr. Saulo Converso Lara, Secretário Executivo da Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais e a Dr.ª Léa Lúcia Cecília Braga, Presidente em exercício do Conselho Municipal de Assistência Social. A Secretária Geral do Conselho Municipal de Saúde, Carminha Bomtempo, informa que foram convidados também o Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Dr. Selecinio de Carvalho Filho, que comunicou por FAX a impossibilidade de comparecer e o Dr. Eduardo Barbosa, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, que não respondeu. Informa que o Dr. Ricardo Menezes, Presidente do Sindicato dos Médicos, comunicou estar a caminho e anuncia a presença de vários representantes de entidades filantrópicas. Carminha, esclarecendo os objetivos do debate, lê o item 38 do relatório final da V Conferência Municipal de Saúde, onde é recomendado que o Conselho Municipal de Saúde discuta o papel das entidades filantrópicas. A seguir, é passada a palavra ao 1º expositor, Dr. Celso Azevedo, provedor da Santa Casa. Dr. Celso, fala do trabalho desenvolvido pela Santa Casa em Belo Horizonte e critica a falta de apoio dos governos à instituição que diz estar em situação caótica por ter mais de 90% do atendimento pelo SUS. Considera que é impossível trabalhar com o SUS que paga valores ridículos aos médicos e a Santa Casa faz mais que filantropia por manter o atendimento. Diz que a Santa Casa recebe pelos serviços prestados ao SUS/BH, mais de vinte dias depois de os recursos da semiplena serem liberados pelo governo federal e o governo do estado assina convênios com a Santa Casa e paga, as vezes, com atraso de até 3 meses. Fala

42 que o serviço de pronto atendimento da Santa Casa funciona com um prejuízo mensal
43 de aproximadamente R\$ 240 mil e critica o Ministério da Saúde que prometeu recursos
44 para esse setor, não cumprindo a promessa e a prefeitura, que seria responsável por
45 prestar esse atendimento, conforme a lei orgânica do município. Diz que a situação da
46 Santa Casa é gravíssima e a solução encontrada foi reduzir os leitos do SUS passando
47 30% dos leitos a serem destinados ao plano de saúde recém criado. Solicita ao Dr.
48 Wagner Veloso, superintendente geral da Santa Casa que complete as informações. Dr.
49 Wagner, fala que o hospital estava sucateado até o ano passado e agora está reformando
50 todas as enfermarias do SUS e construindo novas para atender o plano de saúde, além
51 da construção de apartamentos e um centro cirúrgico. Estão investindo R\$ 5 milhões
52 em um centro de diagnóstico e imagem e ampliando os leitos de CTI. Diz que os
53 pacientes permanecem, em média, dez dias internados e o SUS paga apenas por cinco
54 dias, obrigando a Santa Casa a arcar com todas as despesas dos outros cinco dias.
55 Informa que em um ano e meio a Santa Casa irá investir R\$ 24 milhões para melhor
56 atender à população. Na seqüência, o promotor público, Dr. Cássio Rezende, curador de
57 fundações, faz um relato das atividades do Ministério Público junto às entidades e diz
58 que o objeto de sua preocupação tem sido de que as fundações reinvestam sua receita
59 operacional na própria instituição. Fala que é defensor da Constituição por dever
60 constitucional e institucional, por ser promotor de justiça, mas critica o fato de, segundo
61 ele, no Brasil tentar-se mudar as coisas por decreto. Diz preferir ficar com a realidade
62 que é diferente do direito preconizado na Constituição. Comenta a lei 8212 (lei orgânica
63 da Previdência Social) que, segundo diz, define o que são as instituições filantrópicas.
64 Faz um paralelo entre a legislação existente sobre filantropia e o que está estabelecido
65 na Constituição para concluir que se é dever do Estado não há gratuidade e fala que o
66 Decreto Federal 752, determina ser de competência do Conselho Nacional de
67 Assistência Social a definição sobre o caráter filantrópico de cada entidade, entendendo
68 que o debate no Conselho Municipal de Saúde não mudará a atual situação. Faz elogios
69 a Fundação Benjamin Guimarães e a Fundação de Assistência Integral à Saúde e fala de
70 seu trabalho a frente da curadoria de fundações. Comenta o papel do Estado e diz que,
71 na sua opinião, em um país com vinte milhões de miseráveis, nenhum governo consegue
72 planejar para reverter esse quadro e defende que se encare a realidade de que com os
73 valores pagos pelo SUS as entidades de saúde têm mesmo que buscar junto à sociedade
74 outros meios de garantir os recursos. Defende que a garantia de gratuidade deve ser só
75 para quem não pode pagar e fora disso fica-se apenas no plano da retórica ou do
76 irrealismo. Na seqüência, o Dr. Saulo Converso Lara, Secretário Executivo da
77 Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais, usa da palavra
78 para expor sobre o trabalho da entidade que representa. Fala que são 400 Santas Casas
79 existentes nos 853 municípios de Minas Gerais. Sobre o caráter filantrópico, cita a
80 legislação a respeito, especialmente o decreto federal 752, já referido, que determina o
81 atendimento gratuito correspondente a 20% da receita da entidade ou a destinação ao
82 SUS de 60% da sua capacidade instalada. Diz que no caso das Santas Casas,
83 principalmente as do interior, destina-se ao SUS um percentual muito superior aos 60%

84 exigidos, chegando praticamente aos 100% por não haver outra possibilidade de prestar
85 serviços à comunidade se não for através do Sistema Único de Saúde. Na seqüência, a
86 presidente em exercício do Conselho Municipal de Assistência Social, Léa Lúcia
87 Braga, fala que sua abordagem será a nível de processo, porque a questão da filantropia
88 ainda não está completamente definida no âmbito dos Conselhos de Assistência Social,
89 que só começaram a ser criados a partir de 1993. Faz um histórico da Assistência Social
90 no Brasil, que passou a ser considerada política pública com a inclusão da Seguridade
91 Social na Constituição de 1988. Destaca que com o fato da assistência social ser
92 colocada hoje no campo do direito, dentro da perspectiva do resgate da cidadania, cabe
93 repensar a filantropia, porque até a década de 30, a filantropia era exercida na visão
94 humanista da prática da caridade. A partir dessa década o Estado brasileiro reconhece a
95 assistência social e passa a estabelecer uma relação com as entidades da sociedade civil
96 que atuavam na área e através de convênios oferecer recursos do poder público. Diz que
97 hoje com a assistência social colocada no campo do direito, essa relação convenial
98 torna-se uma questão a ser discutida, já que a discussão em torno dos recursos da
99 assistência passa a ser sobre o financiamento e transferência. Coloca que a grande
100 questão na área da assistência social hoje é justamente ter uma definição clara do que é
101 uma entidade filantrópica. Diz que o CNAS está encaminhando essa discussão e uma
102 pesquisa para detectar qual o impacto financeiro na receita das concessões de
103 certificados de filantropia, já que muitas entidades vêm solicitando esses certificados
104 para obter benefícios fiscais. Fala da importância de nesse momento estar sendo feita
105 essa discussão e informa que em Julho haverá em Belo Horizonte um encontro nacional
106 da assistência social, cujo objetivo é justamente discutir esse tema, o que se entende por
107 filantropia, o caráter e papel dessas instituições consideradas filantrópicas, considerando
108 que a assistência social passou a ser um direito. A seguir, Carminha passa a palavra a
109 representante do gabinete do prefeito, que fala de sua satisfação por estar participando
110 do que considera um grande fórum democrático, que é a reunião do Conselho
111 Municipal de Saúde. Coloca-se à disposição do Conselho e diz que está incumbida pelo
112 prefeito de acompanhá-lo esperando estar muito próxima para promover as articulações
113 entre o Conselho e o governo municipal. Aberta a palavra ao plenário, o presidente do
114 sindicato dos médicos, Ricardo Menezes, fala que acha pertinente a discussão, discorda
115 que se considere a universalidade uma utopia e diz que as forças contrárias a ela foram
116 derrotadas na constituinte, justamente para que fosse colocado o melhor plano de saúde
117 que existe no país que é o Sistema Único de Saúde, que conta com R\$ 9,8 bilhões para
118 atender a toda população brasileira, inclusive os que têm convênios, enquanto os outros
119 atendem 40 milhões de pessoas e contam com R\$ 10 bilhões. Fala que a proposta do
120 governo de restringir a assistência à saúde aos que não podem pagar significa reduzir a
121 possibilidade de luta da sociedade por um sistema de saúde que atenda às necessidades
122 dessa população mais pobre, porque nessa faixa é que existe menor capacidade de
123 organização. Diz que a universalidade não é uma questão carital filantrópica e sim uma
124 questão política fundamental, pois, garantindo a universalidade se está garantindo que a
125 saúde chegue aos mais pobres. Fala do movimento nacional em defesa do financiamento

126 definitivo para a saúde e da PEC 169, em tramitação no Congresso e informa sobre
127 campanha publicitária que será feita pelo movimento mostrando que a população
128 brasileira já pagou seu plano de saúde, só não recebeu. Fala que as principais lideranças
129 nacionais ligadas às Santa Casas já incorporaram essa luta e cita o deputado do RS,
130 Tarcísio Perondi. Diz que o governo deverá propor em março a reforma do Sistema
131 Único de Saúde que, na prática, extingue o SUS e considera que quem comanda a lógica
132 hospitalar hoje, são os hospitais privados e que nessa lógica não adianta nem interessa
133 aumentar o dinheiro para a saúde, sendo preferível que a disputa passe pelo mercado a
134 submeter-se às exigências para vender seus serviços ao SUS. Comenta que o setor
135 privado não suportaria a concorrência com o SUS porque depende de uma saúde pública
136 depreciada para vender seu produto e se o SUS tiver financiamento suficiente para
137 pagar, por exemplo, R\$ 10,00 por consulta, não há convênio que resista mesmo pagando
138 R\$ 20,00. Propõe ao provedor que a Santa Casa não entre nessa lógica do setor privado
139 e empreste seu prestígio à luta para garantir o financiamento do SUS, porque no
140 momento em que houver recursos suficientes para um aumento substancial nos valores
141 da tabela as Santas Casas sairão dessa asfixia econômica em que se encontram. O
142 conselheiro Antônio Gomes, fala que os funcionários da prefeitura estão pagando dois
143 planos de saúde e reclama que 90% dos funcionários não têm condições de pagar o
144 plano da Santa Casa. Pede que a representante do prefeito leve a ele a reivindicação de
145 que seja concluído o ambulatório para atendimento dos servidores. O conselheiro João
146 Athayde, fala que a questão da filantropia está ligada ao modo de trabalho humano e faz
147 breve relato sobre a história das Santas Casas. Diz que a assistência não é de graça,
148 porque é enorme a quantidade de impostos que são pagos. Defende que seja feita uma
149 campanha para acabar com a filantropia, porque mesmo quando a Santa Casa foi criada,
150 no século XIII, já era pago, só que o sistema de trabalho era a escravidão que, no seu
151 entendimento, continua existindo e é preciso acabar com essa escravidão e discutir o
152 papel do Estado, que ano a ano vai descumprindo o seu papel social e retirando recursos
153 de investimento para pagamento de dívida, além de custear a iniciativa privada,
154 inclusive os hospitais, que muitos foram construídos com dinheiro público. Diz que é
155 necessário encarar cada brasileiro como cidadão e para isso lutar no sentido de
156 assegurar-lhe todos os direitos. O conselheiro do HOB, Geraldo Magno, lê no Decreto
157 752, um artigo que trata dos objetivos das entidades filantrópicas e fala que não tem
158 plano de saúde e por isso luta para que o SUS funcione. Diz que presta serviços
159 voluntariamente no abrigo Belo Horizonte que recebe muitas pessoas do interior, vindas
160 para atendimento na Santa Casa e tem visto pessoas morrendo sem conseguir marcar
161 uma consulta que é as vezes marcada com prazo de três meses. Questiona se a Santa
162 Casa continua sendo o que foi no passado e pergunta ao provedor, quantos leitos
163 efetivamente a Santa Casa está oferecendo ao SUS. Defende que é preciso a união de
164 todos em torno da luta pelo financiamento do SUS. A senhora Maria Clotilde, da
165 Comissão Local do Ermelinda, fala que desde agosto está tentando marcar uma
166 consulta, mas que nenhum assalariado tem condições de pagar plano de saúde e
167 parabeniza o Dr. Ricardo Menezes pela sua intervenção. A seguir, Carminha, passa a

168 palavra ao Dr. Celso Azevedo, para responder às questões colocadas. Dr. Celso, coloca
169 que a tese defendida pelo Dr. Ricardo é muito válida, mas que não há como manter o
170 hospital até que isso se concretize. Fala que a Santa Casa deve hoje mais de R\$ 10
171 milhões e até para comprar medicamentos tem enfrentado dificuldades, sendo enorme a
172 falta de remédios. Diz que ninguém melhor do que a prefeitura para responder sobre
173 quantos leitos do SUS a Santa Casa atende, porque recebe as faturas do hospital onde
174 constam estes dados e acrescenta que a Santa Casa tem 1140 leitos, seus médicos estão
175 permanentemente atendendo e estão sendo abertos consultórios para atender melhor.
176 Fala que o Conselho devia ajudar mais aos hospitais filantrópicos no sentido de
177 conseguir recursos dos governos ao invés de pedir para prestar contas, o que ele diz
178 fazer com muito prazer. Diz que deverá receber nos próximos dias o repasse dos
179 recursos vindos do Ministério, mas se isso não ocorrer, a Santa Casa não terá como
180 pagar os salários de seus 3400 funcionários, além de não ter dinheiro para pagar
181 fornecedores. Fala do atendimento prestado a pacientes vindos do interior e comenta
182 que a proposta do Dr. Ricardo é muito boa mas a Santa Casa não pode esperar. O
183 conselheiro Boaventura, fala que é a segunda vez que o Conselho discute a Santa Casa
184 e, na sua opinião, é preciso ficar bem claro o que está em discussão. Critica os métodos
185 de administração da Santa Casa e diz que acha possível àquele hospital dar um
186 atendimento decente à população sem necessidade de criar nenhum plano de saúde,
187 desde que os recursos estivessem sob o controle social. Diz que foi barrada a entrada do
188 Conselho na Santa Casa e foram necessárias muitas negociações para que fosse
189 permitida. Entende que todo hospital que atende pelo SUS tem a obrigação de prestar
190 contas ao Conselho o que a Santa Casa se recusa a aceitar. Fala que é importante lutar
191 para buscar recursos, mas que a população tem o direito de saber como são gastos. Fala
192 que há denúncias de que os ex-administradores do hospital recebiam 3% da arrecadação
193 bruta e em nenhum momento foi provado o contrário. Diz que a Santa Casa pertence ao
194 povo e desafia o hospital a abrir suas portas ao Conselho para fiscalização. Afirma que
195 os leitos de alto risco foram montados com recursos do SUS, mas para a imprensa vem
196 sendo divulgado que a Santa Casa abre leitos de risco para os usuários de seu plano de
197 saúde. Defende o maior controle de todos os hospitais filantrópicos. A conselheira
198 Rosalina, fala de sua crença em que a Constituição Federal ao incluir a universalidade e
199 igualdade no capítulo da saúde criou uma sociedade onde todos são cidadãos e diz que
200 afirmar que esses conceitos são compatíveis com a filantropia, significa afirmar que a
201 constituição criou uma sociedade onde todos são indigentes. Pergunta aos
202 representantes da Santa Casa de onde sairiam os R\$ 24 milhões para os investimentos
203 que o Dr. Wagner informou que serão feitos até o próximo ano, se o provedor falou de
204 uma dívida de R\$ 10 milhões. Comenta matéria publicada no boletim interno da Santa
205 Casa que informa da construção de um Medical Mall, dentro das características dos
206 mais modernos Shopping Centers e pergunta se existem projeções de arrecadação de
207 recursos para os investimentos, se a expectativa é de que o dinheiro venha da venda do
208 plano de saúde. Ao provedor pergunta sobre como é administrar tantos interesses
209 diferentes dentro da instituição e cita o plano de saúde próprio, a cooperativa de

210 médicos chamada Santa-Cop e o SUS, além do problema surgido com a UNIMED. Fala
211 de matéria apresentada na televisão sobre uma instituição existente nos Estados Unidos
212 chamada Columbia, que, segundo diz, teria o monopólio da caridade em diversos
213 estados americanos e que estaria sendo processada pelo Ministério Público de lá,
214 acusada de através do pagamento de altos salários a seus executivos fazer retirada de
215 lucros, o que lá como aqui é fraude, já que a instituição não tem fins lucrativos. Faz um
216 paralelo da prática dessa instituição americana com as empresas brasileiras que,
217 segundo diz, em sua maioria, se utilizam do artifício permitido às empresas de fazer
218 retiradas através de salários, o chamado pró-labore, para pagar menos impostos,
219 porque o imposto sobre salário é menor que o imposto sobre o lucro. Pergunta ao
220 promotor público, Dr. Cássio, qual a garantia que os cidadãos brasileiros podem ter de
221 que a prática da Columbia, denunciada nos Estados Unidos, não estaria sendo repetida
222 no Brasil pelas instituições ditas filantrópicas e sem fins lucrativos. O senhor Evaristo
223 Garcia, pede que Dr. Saulo Lara ou o promotor público, fale sobre a Fundação Hilton
224 Rocha, onde, na sua opinião, está ocorrendo um escândalo camuflado. Fala que em
225 1956, a Santa Casa tinha 1200 leitos e ninguém pagava para ser atendido lá e hoje
226 reduziram-se até os leitos para 1140, questiona se a população terá ficado mais pobre
227 ou mais rica. Coloca que o Sistema Único de Saúde eliminou o grau de dependência que
228 existia no tempo do INPS e pergunta quantas pessoas a Santa Casa atende sem guias das
229 prefeituras. Diz que se os recursos do SUS são poucos deve-se discutir o financiamento,
230 mas não cobrar de ninguém, porque a saúde virou uma indústria de doença, uma máfia.
231 Comenta que a Folha de São Paulo publicou matéria sobre a dívida pública com o título
232 “Dívida comprime os gastos Sociais do Governo” e diz que a raiz dos problemas de
233 falta de dinheiro para a saúde está na queda dos gastos com o setor. Propõe que o
234 Conselho promova debate sobre a questão convidando a Comissão de Orçamento do
235 Congresso Nacional. O conselheiro Lauro Neves, fala que quando se discute as
236 vantagens fiscais das entidades filantrópicas, se esquece de discutir a filosofia dessas
237 entidades. Diz que a elas é facultado optar entre 60% de atendimento pelo SUS e 20%
238 de gratuidade para serem consideradas filantrópicas, sendo a segunda opção
239 financeiramente muito melhor, mas a prioridade das Santas Casas e demais filantrópicas
240 é o atendimento. Afirma que os 10 hospitais filantrópicos de Belo Horizonte respondem
241 por 51% da demanda da cidade enquanto os públicos respondem por 14% e os privados
242 o restante e são 48 hospitais na capital. Relaciona alguns públicos e coloca que os
243 filantrópicos são essenciais, fundamentais para a assistência à saúde não só para Belo
244 Horizonte mas para o país. Diz que os filantrópicos são controlados pelo poder público,
245 prestando contas à Curadoria das Fundações, ao Ministério da Justiça e ao Conselho
246 Nacional de Assistência Social que são os controladores e fiscalizadores dessas
247 entidades. Solicita que o promotor público, mesmo tendo dito que falta estrutura ao
248 Ministério Público, esclareça ao plenário sobre o controle exercido por este órgão, como
249 é feita a prestação de contas e como funciona a gestão dessas contas. Ao Dr. Saulo Lara,
250 solicita que esclareça sobre essa condição de 20% de gratuidade e se a sua posição é
251 verdadeira. O conselheiro Paulo César, fala que as utopias têm levado a humanidade a

252 uma série de conquistas e colocará mais uma utopia, a de que a saúde jamais entrasse no
253 campo do lucro o que lhe parece semelhante à forma como as Santas Casas trabalham e
254 ao ver a situação dessas entidades levadas a buscar solução nos planos de saúde se sente
255 instado a perguntar ao provedor se ele se disporia a emprestar parte de seu prestígio,
256 para que se desenvolva uma luta grandiosa em defesa do financiamento definitivo para a
257 saúde, que seria uma conquista histórica do povo. Diz que o provedor se preocupa com
258 prazos e até ser aprovada a emenda constitucional e ser regulamentada, certamente, não
259 daria para ainda em 1997 surtir o efeito esperado, mas assegura que em 1998 já seriam
260 sentidos esses efeitos. Na seqüência, Carminha retorna a palavra ao Dr. Celso Azevedo,
261 para responder as questões colocadas. Ele inicia se desculpando por eventuais
262 esquecimentos, já que foram feitas muitas perguntas. Declara que considera o ambiente
263 elevado e que se sentiu atacado pelo conselheiro Boaventura, presidente do Sindicato
264 que representa os trabalhadores da Santa Casa e dirige-se ao presidente do Conselho
265 dizendo que não responderá às questões colocadas pelo conselheiro e não comparecerá a
266 outras reuniões do Conselho, caso tenha que sofrer esse tipo de ataques. Respondendo
267 as outras perguntas, fala que com a criação do SUS não há necessidade de atendimento
268 de graça. Discorda da afirmação de que seria melhor não ter lucro e afirma que não há
269 maneira de a entidade sobreviver se não tem resultados e o lucro é reinvestido na
270 instituição. Diz que a Santa Casa quer nivelar por cima, melhorando e aumentando em
271 15 mil o número de atendimentos. Sobre o prejuízo, diz ser decorrente dos empréstimos
272 tomados a bancos para cobrir despesas do hospital. Em relação ao movimento pelo
273 financiamento do SUS, diz que não exerce liderança capaz de influir em votações no
274 Congresso Nacional, mas, se dispõe a colaborar. Diz não ter nada com a cooperativa dos
275 médicos, que tem inclusive colaborado com a direção do hospital e também não tem
276 nada com a UNIMED, com a qual a Santa Casa não pretendeu concorrer ao lançar o
277 plano de Saúde. Convida a conselheira Rosalina a visitar o hospital para conhecer o que
278 está sendo realizado e afirma que não está fazendo nenhum luxo na Santa Casa,
279 querendo fazer apenas o melhor centro cirúrgico do Brasil. Para o centro cirúrgico
280 recebeu doações da estrutura metálica, concretagem e ferro para armação da lage, além
281 de 10 toneladas de aço inoxidável doadas pela ACESITA para o revestimento.
282 Respondendo as questões a ele dirigidas, o promotor público, Dr. Cássio Resende, fala
283 que também acredita em utopia, mas não pode ser romântico e pensando realisticamente
284 entende que o Estado não pode prover tudo. Diz que o Estado deve ser o primeiro
285 depositário, a sociedade o segundo e os indivíduos o terceiro, que deve-se exigir que o
286 Estado seja ético, eficiente com equidade, probo, que se pautar pelo princípio da
287 moralidade, mas que ao lado disso, deve haver uma sociedade organizada que não
288 abdique de suas responsabilidades. Contudo, entende que o indivíduo também não pode
289 abdicar de uma evolução pessoal, porque haverá um momento em que nem o Estado,
290 nem a sociedade organizada, irão fazer por ele, que terá de agir por seu próprio esforço,
291 pesquisa e trabalho. Afirma que a Constituição existe no primado do capitalismo,
292 porque defende a iniciativa privada na ordem econômica, liberdade de oportunidades e
293 um Estado que não seja planejador capaz de prever e prover tudo. Diz que o país vive

294 uma ordem capitalista e não adianta querer dourar a pílula. Sobre a universalidade do
295 Sistema, diz que vai apenas promover a igualdade da miséria e universalizar a desgraça
296 e, na sua opinião, não fazer plano de saúde é uma imprevidência. Sobre a pergunta da
297 conselheira Rosalina, diz que não existe garantia contra o crime, pois não há maneira de
298 armar a sociedade permanentemente contra o mal. O que se pode esperar é que o
299 Ministério Público seja instrumentalizado, porque ele recebeu muitas atribuições na
300 Constituição, mas, na prática, não está ainda aparelhado adequadamente para que possa
301 cumprir o seu papel e ser o representante da sociedade na ordem jurídica. Diz que há
302 cinco anos assumiu a promotoria e não tinha nada, hoje conta com apenas dois
303 auditores, mas encaminhou um projeto ao procurador geral que amplia para dez o
304 número de auditores, para que tenha uma divisão jurídica e a promotoria esta se
305 informatizando. Fala que a promotoria deve ser discreta e equidistante de sentimentos
306 imediatos, mas vem trabalhando e tem ação com proposta de extinção, ação de
307 prestação de contas e pode dizer que em Belo Horizonte não há mais tentativa de
308 aventura, de se organizar uma fundação fora dos propósitos mais nobres do instituidor.
309 Sobre a Fundação Hilton Rocha, diz que não irá responder porque a questão está sub
310 judice e o processo está em andamento. Respondendo ao conselheiro Lauro, sobre a
311 prestação de contas das fundações, diz que irá propor parceria com a prefeitura, com a
312 receita federal e tribunal de contas, para que o Ministério Público tenha, pelo menos,
313 cinco auditores para começar sua ação. Coloca que as fundações prestam contas ao MP,
314 que as orienta, acompanha os livros, faz visitas, recebe suas diretorias e havendo
315 denúncia, usa de todas as suas prerrogativas e poderes para requisitar documentos, ver
316 os livros e ouvir pessoas, mas há entre ele e as fundações um relacionamento saudável,
317 de confiança e respeito mútuo. Acredita que ao MP cabe ensinar para não ter que punir e
318 é o que vem tentando fazer. Dr. Saulo Lara, fala que, conforme já esclarecido pelo
319 promotor, não poderá falar sobre a Fundação Hilton Rocha e em resposta ao conselheiro
320 Lauro, diz que é muito mais vantajoso colocar 20% de gratuidade do que destinar 60%
321 dos atendimentos ao SUS. A seguir, voltando a palavra ao plenário, a conselheira
322 Soraya Andréa, fala que é funcionária da Santa Casa e comenta a colocação do provedor
323 de que o Conselho deve ajudar a buscar recursos ao invés de pedir para prestar contas,
324 questionando como o Conselho poderia ajudar a buscar recursos sem conhecer a
325 realidade financeira da instituição o que, na sua opinião, só seria possível com a
326 prestação de contas. Propõe ao provedor, que ele apresente ao Conselho o contrato com
327 os antigos administradores e diz que pedir prestação de contas não é baixar o nível,
328 porque todos querem resolver os problemas da Santa Casa. Fala das condições de
329 trabalho no hospital, reitera as colocações de Boaventura e comenta fraude ocorrida na
330 Santa Casa de Juiz de Fora. A conselheira Geralda Margarida, fala que gostaria de saber
331 se a direção da Santa Casa acha que é fácil vender plano de saúde e que, no seu
332 entendimento, todos deveriam abraçar a luta em defesa do financiamento do SUS. Diz
333 que, segundo dados que foram fornecidos aos conselheiros, as Santas Casas fazem 800
334 mil internações e 20 milhões de atendimentos ambulatoriais mensais, o que significa
335 que são muito fortes e que nesse momento essa força é muito importante para a luta em

336 defesa do SUS. Pergunta como está o atendimento oftalmológico na Santa Casa de Belo
337 Horizonte e se haveria uma proporção de tratamentos que exigem alta tecnologia
338 incluídos nos 20% de gratuidade referidos no decreto e cita como exemplo os
339 transplantes. O conselheiro Jader, fala da importância do debate que o Conselho está
340 travando e analisa o conceito de filantropia que considera fruto do que Darci Ribeiro
341 chamava de benesses concedidas pela classe dominante escravagista e extremamente
342 autoritária que faz parte da história do país. Fala que a universalidade não é uma utopia
343 e se o governo investisse o dinheiro que usou para salvar bancos ou 1/3 do que gasta
344 com a dívida na saúde, teríamos um sistema de saúde digno de primeiro mundo, mas o
345 governo aposta no modelo neoliberal que quer saúde pobre para pobres. Diz que, na sua
346 opinião, todos têm direito de ter planos de saúde, mas devem saber, que quando
347 precisarem de um transplante, tratamento de AIDS, meningite, etc, só serão atendidos
348 no SUS e comenta que recebeu em casa uma proposta da UNIMED com enorme lista de
349 exclusões. Reitera o pedido de apoio das Santas Casas à luta em defesa do SUS e
350 parabeniza o Dr. Celso Azevedo por, na sua opinião, ter assumido essa luta. Pergunta ao
351 promotor público sobre a divergência na legislação sobre a filantropia entre o decreto
352 752 que estabelece em 60% o mínimo de atendimento pelo SUS e portaria posterior do
353 Ministério da Saúde, que fala em 70%. O conselheiro Geraldo Mossem, dirige-se ao
354 provedor, falando que na região de Venda Nova, que representa, a maioria da população
355 não tem como pagar um plano de saúde e reforça o apelo para que ele empreste seu
356 prestígio à luta em defesa do SUS, inclusive para tirar da razão social da Santa Casa a
357 palavra Misericórdia, o que seria uma forma justa de viver e de prestar serviços à
358 sociedade, caso a campanha seja vitoriosa. Fala da visita feita à Santa Casa e pergunta
359 se já estão à disposição do SUS, os 26 leitos de risco acertados no convênio firmado
360 com a prefeitura. Diz que a Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação,
361 terá de apresentar parecer sobre a questão da Fundação Hilton Rocha e solicita a
362 colaboração do promotor. O conselheiro Alcides, fala que como usuário, se sente
363 confuso quando ouve falar em gratuidade, filantropia e misericórdia, porque, no seu
364 entendimento, nada no país é de graça, já que toda a sociedade paga impostos e pede aos
365 debatedores que esclareçam o que hoje significam estes conceitos. Pergunta ao
366 representante da Federação, Dr. Saulo, qual a visão dele sobre o SUS e que contribuição
367 ele pode dar ao movimento pelo financiamento da saúde. Passada a palavra aos
368 debatedores para respostas e considerações finais, o provedor da Santa Casa, Dr. Celso
369 Azevedo, fala que a Santa Casa está sendo a vítima na presente reunião e reafirma que o
370 hospital não está se negando a atender o SUS. Diz que lançaria um desafio aos presentes
371 para que alguém que tenha deixado de ser atendido na Santa Casa se apresentasse. A
372 senhora Maria das Graças Pereira, apresentou-se relatando que deixou de ser atendida e
373 procurou também os hospitais Hilton Rocha e São Geraldo, não conseguindo
374 atendimento oftalmológico. Dr. Celso, presta esclarecimentos sobre o fato e lamenta o
375 que, na sua opinião, foram críticas feitas ao hospital, em algumas intervenções de
376 conselheiros. Carminha, informa que o Dr. Saulo solicitou que as perguntas a ele
377 dirigidas sejam respondidas pelo Dr. Cássio, por serem de ordem jurídica.

378 Respondendo, Dr. Cássio, esclarece ao conselheiro Jader, que existe uma hierarquia de
379 leis e o decreto, dentro dessa hierarquia, é superior à portaria que mesmo sendo
380 posterior não tem poder de revogá-lo, prevalecendo portanto, o disposto no decreto, ou
381 seja, a exigência de no mínimo 60% de leitos para o SUS e a possibilidade de optar por
382 20% de gratuidade. Sobre a questão da Fundação Hilton Rocha, diz considerar que o
383 Conselho tem legitimidade para analisar o assunto e, caso encaminhe a ele uma
384 solicitação formal, prestará todos os esclarecimentos, só se recusando a fazer qualquer
385 comentário público, por razões éticas. Presta homenagem ao Dr. Celso, elogiando o seu
386 trabalho à frente da Santa Casa e a sua trajetória de homem público. Elogia também o
387 nível do debate, que considerou elevado e agradece o convite para participar colocando-
388 se à disposição para qualquer ocasião que o Conselho considerar necessária sua
389 presença. Dr. Celso, pede a palavra, para esclarecer que a prestação de contas da Santa
390 Casa é feita, passando junto com o orçamento, por uma mesa administrativa composta
391 por 25 pessoas, pela assembléia geral da Irmandade Nossa Senhora do Carmo, que são
392 os órgãos competentes da instituição, mas se dispõe a encaminhar também ao Conselho
393 a prestação de contas. Carminha, registra carta deixada pela senhora Maria das Graças
394 Nogueira Vaz, do Conselho Distrital Nordeste, em que parabeniza o provedor e a Santa
395 Casa, pelo bom atendimento. Instado a responder se está disposto a assumir a luta em
396 defesa do SUS, Dr. Celso, diz que nunca parou de lutar pelo SUS e está inteiramente
397 solidário com a campanha que, no seu entendimento, terá que ser muito intensa porque
398 o SUS tem muitos adversários. Para encerrar o debate, o Presidente do Conselho e
399 Secretário Municipal de Saúde, Dr. Athos de Carvalho, fala da importância do Conselho
400 como fórum de discussão e faz um relato do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo
401 SUS/BH em ações como o Projeto Vida, o acolhimento, a assistência domiciliar às
402 crianças que sofrem de doença respiratória, o controle sobre os prestadores públicos e
403 privados e outros avanços. Fala da participação de Belo Horizonte no movimento
404 nacional em defesa do Sistema Único de Saúde e questiona se as dificuldades que a
405 população ainda encontra de atendimento pelo SUS não existem também para quem tem
406 plano de saúde. Relata experiência pessoal vivida há pouco tempo, quando necessitou
407 de atendimento de urgência e buscou hospitais particulares, só conseguindo ser atendido
408 no terceiro hospital que procurou. Faz elogios ao provedor da Santa Casa e solicita a ele
409 que junte-se à luta pelo financiamento do SUS para que também as Santas Casas não
410 cheguem ao fim do mês tendo que recorrer a bancos para fazer frente aos compromissos
411 assumidos em nome da sociedade. Diz que essa luta é por um Sistema Único de Saúde,
412 que respeite o cidadão, o prestador de serviços e o trabalhador da saúde, o que só
413 acontecerá se houver recursos que, no seu entendimento, significam apenas o retorno de
414 impostos e contribuições pagas pela sociedade. Pede o apoio dos debatedores para que
415 essa luta saia vitoriosa. Agradece a participação de todos e diz considerar um privilégio
416 poder estar na presidência do Conselho no momento do debate, que considerou muito
417 rico. Na seqüência, Carminha Bomtempo, informa ao plenário que por solicitação da
418 CTFCA, o ponto da pauta referente à prestação de contas do 3º trimestre/96, ficará para
419 ser discutida em outra reunião. No ponto seguinte, coloca em votação a proposta de ata

420 da reunião do dia 16/01/97, perguntando se existe alguma retificação. Não havendo
421 nenhuma retificação a ata foi aprovada, por consenso do plenário. A seguir, passou-se
422 ao último ponto da pauta: Informes, que Carminha, inicia pelos informes da mesa
423 diretora. Anuncia a indicação do senhor Agnaldo Barbosa para representante do
424 Sindicato dos Metalúrgicos, no Conselho, em substituição ao conselheiro Wirley
425 Penido. Justifica as ausências dos conselheiros Luiz Eduardo, Eucério Valadão,
426 Sulimar Marques, Ronaldo Diana, Fausto Isac e Laraene. Lê ofício encaminhado pelo
427 CMS ao Secretário e ao Prefeito sobre o PRÓ-SUS. Passa a palavra à Lúcia, do
428 conselho de usuários do Hospital Odilon Behrens, que traz proposta de que o CMS
429 pautem em uma próxima discussão, a Central de Marcação de Consultas e Central de
430 Leitos. Apresenta dados que comprovam as dificuldades enfrentadas pelo HOB para
431 remoção de pacientes na Central. O participante, Liberalino, da Pedreira Prado Lopes,
432 informa que conseguiram no orçamento participativo um Centro de Saúde, mas falta
433 estruturar e pede ao Secretário e ao Conselho que ajudem para que o Centro de Saúde
434 receba os recursos humanos necessários. O conselheiro Paulo Fernandes, denuncia a
435 dificuldade de encaminhar pacientes para CTI enfrentadas pelo Hospital Sofia Feldman.
436 Cita caso de paciente que conseguiu internação no CTI do HOB, por ter conhecido
437 naquele hospital e outro de criança que acabou falecendo por falta de CTI. Fala que a
438 Maternidade Odete Valadares, colocou uma paciente de risco na ambulância, às 23:00
439 horas e encaminhou para o Hospital Sofia Feldman informando que estava assegurada a vaga,
440 mas a paciente foi deixada a um quarteirão do hospital. Pede que o Conselho se
441 posicione sobre essa atitude da MOV que considera desrespeitosa. Diz que há quatro
442 anos, o Centro de Saúde do bairro Felicidade, espera a lotação de médicos. A
443 conselheira Warlene, informa sobre reunião marcada para o dia 05/03, às 19:00 horas,
444 no Confisco, quando será discutida a relação com o município de Contagem, origem da
445 maior parte dos usuários do Centro de Saúde do bairro e solicita a presença de
446 representante da Secretaria e do Conselho. Dr. Athos, comenta a questão do Confisco e
447 informa da intenção de realizar um seminário interno para discutir o direcionamento da
448 Secretaria nos próximos quatro anos. A conselheira Inês, fala sobre o PRÓ-SUS, em
449 nome do Comitê de Gestão do Distrito Sanitário Norte. Propõe à mesa diretora a
450 discussão da saúde mental e que a mesa encaminhe aos conselhos distritais orientação
451 no sentido de que se inicie imediatamente a discussão sobre a campanha nacional em
452 defesa do SUS, definindo as atividades que serão desenvolvidas no dia 07/04. Registra o
453 aniversário, nessa data, do conselheiro Robson, para quem pede as homenagens do
454 plenário. O senhor Evaristo Garcia, questiona o não pagamento do PRÓ-SUS e
455 denuncia que por isso, em algumas unidades, os funcionários não estão atendendo
456 convenientemente os usuários. Propõe que a Secretaria reúna os servidores para
457 esclarecer o assunto. A conselheira Maria Josefina, solicita que não sejam
458 encaminhados telegramas a sua residência. O conselheiro Eduardo Leal, reitera proposta
459 de discussão sobre a Central de Marcação. O conselheiro Paulo César, informa sobre o
460 fórum paralelo que será realizado no mesmo período do Encontro das Américas que
461 ocorrerá em maio em Belo Horizonte e propõe a participação do Conselho. A

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

462 conselheira Fátima Regina, esclarece ao conselheiro Paulo Fernandes, que em caso de
463 CTI infantil é importante acionar os conselhos tutelares e sobre a Central de Leitos
464 propõe que essa discussão seja remetida também ao Conselho Estadual, já que é
465 necessário ampliar o debate. Carminha, lê a proposta encaminhada pela CTRH para
466 reunião extraordinária sobre Recursos Humanos. O participante João Vital, faz denúncia
467 sobre dificuldades enfrentadas para tratamento otorrinolaringológico em paciente vindo
468 do interior. Carminha, informa sobre a audiência com o Prefeito marcada para o dia 03
469 de Março, para a qual, todos os conselheiros serão convocados. Dr. Athos, complementa
470 as informações sobre a audiência e o Encontro das Américas e presta esclarecimentos
471 sobre o PRÓ-SUS e as questões levantadas em relação a insuficiência de recursos
472 humanos nas unidades de saúde. Informa, que na busca de soluções para a questão das
473 internações, vem sendo estudada a implantação da internação domiciliar. Presta também
474 esclarecimentos ao senhor João Vital, sobre o problema de pacientes oriundos do
475 interior. Propõe que o Conselho encaminhe documento ao superintendente da FHEMIG,
476 Dr. Guilherme Riccio, de solidariedade pelo falecimento do diretor do Centro Geral de
477 Pediatria, Dr. José Eustáquio Matheus, extensivo aos seus familiares; proposta aprovada
478 por consenso do plenário. Às 19:30 horas, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a
479 reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo
480 Presidente do Conselho e pela Secretária Geral.

481

482 Belo Horizonte, 20 de Março de 1997.

483

484 RFF/vld

485